



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 (DOZE) DO MÊS DE MARÇO DE 2020
- DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NA SECRETARIA
MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO.

Integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente e convidados se reuniram na Secretaria de Turismo, na manhã do dia 12/03/2020 para Reunião Ordinária, conforme convocação de seu presidente, Rodolpho Perissé. Além do presidente, representando a AMA Geribá, compareceram à reunião os representantes da Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, Luciana Fajardo e o Secretário Armando Ehrenfreund, o representante da Secretaria Municipal de Educação, Gerson Mello de Oliveira Júnior, os representantes da AMOCA, Romero Medeiros (titular) e Roberto Campolina (suplente), o representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Rodrigo Viana, o representante da AMA Geribá, Rodolpho Perissé, os representantes da Associação Raízes, Augusto Pascoal, o representante da AHB, Hector Sirera, a representante do ServBúzios, Denise Morand e a representante da Associação de Barcos de Turismo de Búzios, Kelly Coutinho da Silva. A pauta da reunião foi composta pelos seguintes temas: **1) Saneamento Básico; 2) Análise e deliberação sobre a posição do CMMA diante do decreto de ordenamento do comércio ambulante nas praias do município, que será tema da Audiência Pública no dia 19 de março; 3) Assuntos Gerais.**

Após a verificação do quórum, o presidente do CMMA, Rodolpho Perissé, deu início à reunião. **1) Saneamento Básico:** Rodolpho disse que o Conselho precisa voltar suas atenções à questão do saneamento básico no município de forma mais incisiva. Conforme informou, em tese, o recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) poderá ser utilizado para realizar obras e ações no sentido de aprimorar os serviços de esgotamento sanitário, assim como os de drenagem e resíduos sólidos em Armação dos Búzios. Ressaltou que, para isso, o Conselho precisa debater e levantar quais são os caminhos viáveis para a concretização dessas ações, a começar, por exemplo, pelo levantamento das áreas que possuem uma demanda imediata, que podem ser consideradas como prioritárias. Rodolpho informou que solicitou ao secretário de Obras e Saneamento, Paulo Abranches, estivesse na reunião, mas o secretário não compareceu. O conselheiro Romero lembrou que, desde que o conselho foi constituído, o tema do saneamento básico sempre esteve presente, mas muitas vezes foi esquecido diante o aparecimento de outras pautas consideradas de maior urgência pelos conselheiros. Disse entender que o Conselho estava sendo pautado pelas crises do município em termo do meio ambiente, o que fez com que o tema, que apresenta problemas complexos e enormes, tenha sido deixado de ser tratado de maneira contínua e permanente pelo CMMA. Para Romero, há atualmente questão de curto, médio e longo prazo e serem tratadas e resolvidas no âmbito do Conselho, além de questões como o envolvimento dos representantes do poder público e da própria Prolagos, com essas questões. Para ele, é necessário pensar em maneiras de costurar estratégias para efetivar ações que possam sanar essas demandas relacionadas ao saneamento básico. Com isso, sugeriu a criação de uma comissão permanente para tratar especificamente sobre os assuntos voltados para essa área e fazer convite à Prolagos para atualizar e tratar com o comitê sobre os problemas que o município apresenta nesse setor, como o problema que recentemente ocorreu na praia de Tucuns, de despejo irregular de esgoto na praia.

E-mail:cmmbuzios@gmail.com

Site: www.cmmabuzios.com

1/3



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Em seguida, o conselheiro Campolina destacou que atualmente não há nenhum corpo técnico responsável pela área na prefeitura e que tudo o que é feito é no sentido de resolver problemas de emergência. Para ele, seria necessário criar uma Secretaria exclusiva para tratar sobre as questões do saneamento, ou pelo menos uma estrutura técnica para cuidar do saneamento da cidade, devido à complexidade e importância do tema. A conselheira Denise sugeriu que o Conselho iniciasse o trabalho tentando concretizar o procedimento de ligações domiciliares à rede separativa de esgoto no bairro Vila Caranga. Rodolpho questionou se as ligações na localidade já não haviam sido feitas por meio de acordo firmado entre Prolagos e prefeitura, em 2018. Denise informou que as ligações não foram efetuadas e que a Prolagos apenas disponibilizou sistema para a conexão. Armando lembrou que, na época, o próprio Ministério Público do Rio de Janeiro permitiu que a prefeitura custeasse a ligação, algo que por lei é de responsabilidade dos moradores. Segundo informou nem a prefeitura nem a Prolagos se comprometeu em realizar o custeio e as ligações domiciliares à rede separativa não foram feitas. O conselheiro Rodrigo ressaltou que há irregularidades ocorrendo em diferentes áreas, como no parcelamento de áreas urbanas. Deu exemplo de terreno em frente ao Isaias, em Cem Braças, no qual pessoas estavam fazendo loteamento de terrenos em áreas públicas. Informou que equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano fez uma adaptação do projeto e entregou para elas. Depois, relatou que descobriu que

entre o Capão e o Brises já estão vendendo lotes irregulares e que nunca viu o parcelamento irregular de solo ter processo aberto por parte da prefeitura para consulta. Lembrou que, de acordo com a lei, isso é passível de prisão. Rodrigo concluiu ao dizer que é necessário conscientizar a população a respeito e cobrar que a prefeitura tome as medidas cabíveis diante das irregularidades, para inibir o parcelamento irregular. Retomando o tema do saneamento básico, o conselheiro Augusto lembrou que também é necessário cobrar o encaminhamento da minuta da Política Municipal de Saneamento Básico, elaborada pelo CMMA, que está parada na procuradoria da prefeitura desde 2018. Rodolpho disse que será enviado ofício solicitando o processo de encaminhamento da Política. Denise ressaltou que a aprovação da Política é necessária para atender a uma série de requisitos inclusive para o uso dos recursos do FMMA. Sobre isso, Rodolpho lembrou que na época que Leonardo estava na procuradoria da prefeitura, ele deu suporte à elaboração da política e realizou adequações para que a mesma fosse encaminhada como Projeto de Lei à Câmara Municipal, mas que, após isso feito, a minuta voltou para a procuradoria e não foi dada nenhuma resposta ao Conselho. Armando relatou que há algum tempo participou de reunião com a Prolagos na qual foi sugerido que o uso de recurso do ICMS Verde para adiantar obras da rede separativa de esgoto no município. Com isso, Denise informou que a lei do ICMS ecológico passou por alterações recentemente e que é preciso estudá-las para ver o que pode ser feito nesse sentido. Em relação à ligação dos domicílios à rede separativa, Gerson disse que a prefeitura tem que adotar estratégias que flexibilizem condições para que a instalação seja feita pelo morador, assim como adotar ações de educação ambiental junto à população, que precisa saber onde ligar, onde é o terminal, de forma que ela veja vantagens na ligação. Denise destacou a necessidade de a prefeitura dispor de um departamento que faça a verificação das casas que já estão ligadas ou não à rede e que o assunto deve ser tratado pelo Conselho de forma contínua e não eventual. Armando disse que Prolagos dispõe de equipe técnica bem treinada e que seria bom

E-mail: cmmabuzios@gmail.com

Site: www.cmmabuzios.com

2/3



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

fazer convite a ela para reunião, para dar auxílio com esses dados. A conselheira Kelly questionou se a ligação acarretaria em aumento da conta de água para os moradores. Rodolpho respondeu que os moradores já pagam pelo serviço por meio de taxa de tratamento de esgoto. A conselheira Luciana destacou a importância de informar a população sobre isso, que com a ligação não será acrescida taxa. Armando concordou e disse que falta comunicação entre poder público e população. Para Rodolpho essa questão é, acima de tudo, de vontade política. Denise acrescentou que, além de ser feita a ligação dos domicílios à rede separativa, também é necessário se desconectarem da rede de drenagem. Como deliberações sobre o tema, foi definido que será enviado ofício para prefeitura recomendando a criação de um setor específico, composto por técnicos, para tratar sobre as demandas de saneamento básico do município, assim como proposta que seja feita iniciativa de ligação dos imóveis que dispõem de rede separativa de esgoto em suas ruas, tendo como piloto o bairro Vila Caranga. Também foi deliberado que seja feito convite ao secretário de Obras e Saneamento, Paulo Abranches, e à Prolagos para reunião com os integrantes do CMMA e que seja enviado ofício cobrando o encaminhamento da Política Municipal de Saneamento Básico, elaborada pelo CMMA e atualmente parada na Procuradoria Geral da prefeitura, para a Câmara Municipal. **2) Análise e deliberação sobre a posição do CMMA diante do decreto de ordenamento do comércio ambulante nas praias do município, que**

será tema da Audiência Pública no dia 19 de março: O segundo tema da reunião tratou sobre o decreto 1076, publicado no Boletim Oficial 725, sobre o ordenamento do comércio ambulante. De acordo com Rodolpho, o que causou preocupação sobre o tema é que o ordenamento nas praias considerou apenas o espaço disponível nas praias para distribuir os ambulantes, mas desconsiderou uma série de questões. Informou que, na época, foi ao Ministério Público tratar sobre o tema e que por isso foi recomendado à prefeitura que suspendesse o decreto, em 11 de dezembro de 2018. Assim, Rodolpho realizou a leitura do decreto aos demais conselheiros. Disse que na ocasião o MP recomendou à prefeitura que revogasse o decreto ou suspendesse a sua vigência imediatamente e que submetesse ao Conselho estudo técnico, para prévia manifestação não vinculativa do órgão. Também recomendou que garantisse a participação social e utilizasse os instrumentos de realização participativa. Por fim, informou que agora a prefeitura resolveu colocar o assunto em pauta e conclamou a população para audiência pública para tratar sobre o tema. Rodolpho se questiona porque a prefeitura não revoga o decreto e começa novamente da forma correta. Para Armando, a audiência pública é uma oportunidade única de abrir a caixa-preta que é o gerenciamento da orla. Relatou que houve troca de memorandos sobre o assunto e que César queria fazer estudo de carga pois, na opinião dele, a ocupação das praias estava superdimensionada em relação à capacidade de hospedagem do município, com o objetivo de mostrar que hoje a cidade tem um número maior de turistas do que permite a capacidade das praias. Relatou que ele teria mandado para a Secretaria de Planejamento solicitando que o estudo fosse considerado como estudo de carga. Em memorando a Secretaria teria informado que o mesmo não poderia ser considerado como estudo de carga pois foi voltado para o levantamento de dados de quantas pessoas cabem nas praias; e não para esse fim. Para Armando, houve um erro de entendimento sobre o estudo. Em seguida, Armando falou sobre sugestões elaboradas após conversa com o promotor público, como criar um fórum permanente para tratar sobre

E-mail: cmmabuzios@gmail.com

Site: www.cmmabuzios.com

3/3



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ordenamento das praias. Para Armando, há assuntos tão sensíveis e complexos que o tema não pode ser tratado apenas por meio de um decreto. Sugeriu que o Fórum seja integrado por entidades diversas relacionadas ao tema, que abrange desde hospedagem à quiosques, comerciantes, meio ambiente, embarcações, moradores da praia, entre outras. Conforme Armando, o ideal seria analisar as demandas específicas de cada uma das praias, de maneira individual e, em um primeiro momento, dividir o perfil das praias e definir de que forma devem ser analisadas. Interpreta que as praias não estão cheias de turistas pela alta oferta de comércio. Para ele, o que ocorre é o contrário, ou seja, praias ocupadas pelo comércio devido ao número de turistas. Armando concluiu ao dizer que, na audiência pública sobre o tema, o CMMA precisa se posicionar e fazer apontamentos para melhorias que realmente precisam ser feitas. Rodolpho questionou se a prefeitura havia assinado convênio com a União para ordenamento das praias. Armando respondeu que sim. Para Armando, todas as associações que não concordam com o decreto e com a distribuição de licenças de funcionamento sem nenhum critério deveriam se pronunciar. Para Rodolpho, a audiência pública será realizada para que se permita ter um decreto e que a intenção da prefeitura seria de passar novamente o decreto que foi revogado. Rodolpho disse estar receoso de que a audiência seja ocupada quase exclusivamente por pessoas interessadas na liberação de licenças, sem a presença de entidades para fazer contrapontos a esse interesse. Romero opinou que a audiência não deveria acontecer sem informações sobre o estudo, de forma que ficasse explícita de que forma foi calculada a área de ocupação, como foi definida. Disse que seria importante a presença da procuradoria da prefeitura na reunião para abordar sobre a Lei 7661, que dispõe sobre a gestão de praias. Armando disse discordar da estratégia proposta por Romero, por não haver possibilidade de cancelamento da audiência. Romero disse acreditar que a audiência pública geraria uma expectativa no trabalhador e que a única forma de equilibrar o debate seria conquista um número igual entre interessados na licença e de apoiadores da criação de um Fórum para tratar sobre o tema. Para Armando, o Conselho poderia sugerir ao promotor o cancelamento da audiência e a criação do fórum permanente com a presença de todos os interessados e que nele seriam elaboradas sugestões de estudo de perfil e diagnóstico das praias. Após votação dos conselheiros sobre o tema, foi definido que o CMMA irá emitir parecer ao Ministério Público, considerando que o decreto de ordenamento de comércio ambulante seja anulado, que a audiência pública seja cancelada e que, em seu lugar, seja criado o Fórum Permanente. O parecer também deverá ser enviado à prefeitura. **3) Assuntos Gerais:** Rodolpho informou que participou de reunião com o prefeito, junto ao Secretário de Meio Ambiente e ao Secretário de Turismo. Rodolpho disse que solicitou que, logo após a assinatura do TAC do FMMA, ele designasse as pessoas que estão faltando para completar a composição do CMMA, assim como para a composição da Comissão Gestora do Fundo. Informou que o prefeito garantiu que a nomeação será feita em breve.

Rodolpho Perissé (Presidente)

Bernardo Corty (Secretário Executivo)

E-mail: cmmabuzios@gmail.com

Site: www.cmmabuzios.com

4/3